

## A APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE PRODUTORES DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E GESTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Desde a graduação somos impulsionados a optar por estilos de formação que tendem a direcionar para atuações distintas, particularmente na área de educação física. Com frequência, esses caminhos acabam sendo ainda mais afastados ao longo do exercício profissional. Voltarei em breve a esse ponto, o qual defino como estruturante para esse editorial.

Não raro, é possível perceber nos espaços acadêmicos uma tendência em considerar os indivíduos envolvidos nas decisões sobre as questões de saúde nos níveis municipais, estaduais, federais, como agentes responsáveis por “apagar incêndios”, com uma atuação prática direta que procura apenas responder às demandas dos serviços e com um embasamento científico insuficiente. De outra forma, nos meios institucionais de saúde, os planejadores, técnicos e profissionais consideram os conhecimentos produzidos pelo meio acadêmico, muitas vezes, descontextualizados com a realidade local, e reivindicam análises de situação em saúde conectadas e comprometidas com a capacidade de mudança da realidade.

Por meio dessa dualidade que acabou se instituindo, ao longo da construção da história da Saúde Pública no Brasil, e mais recentemente entre gestores e pesquisadores envolvidos com atividade física e saúde, estamos comprometendo ou pelo menos retardando avanços significativos para nossa área, não somente em termos de produção científica, mas especialmente em termos profissionais.

Os novos campos de atuação para profissionais de educação física associados à

saúde exigem ainda mais articulação entre o conhecimento acadêmico e a prática nos serviços. É nesse momento que retorno ao ponto que defino como estruturante para esse texto. Entendo que a chave para essa aproximação e para uma vivência e domínio dessas esferas de trabalho, que não são excludentes, e sim complementares é a formação acadêmica. Quais cursos acompanharam o crescimento acadêmico de nossa área? E quantos aperfeiçoaram seus currículos prestigiando a inserção da educação física na saúde pública, de forma nunca vista no Brasil? Quantos de nós vivenciamos a lógica de serviços de saúde, ainda que como prática curricular? Estamos formando para orientar atividades físicas na comunidade, considerando diferenças culturais e socioeconômicas?

Alguns avanços importantes que têm proporcionado uma maior possibilidade de diálogo entre o campo de produção científica e a prática nos serviços de saúde devem ser destacados. A aproximação da formação acadêmica com o SUS/ESF/NASF foi uma estratégia mencionada em outro editorial recentemente<sup>1</sup>; a divulgação e debate da Política Nacional de Promoção da Saúde<sup>2</sup> (PNPS) nos cursos e pós-graduações de educação física articuladas com a saúde, bem como o papel importante dos mestrados profissionalizantes, são eixos fundamentais no crescimento da área. Mesmo que esses últimos ainda não estejam hospedados diretamente na educação física, vincular-se às pós-graduações profissionalizantes da saúde coletiva é um caminho factível desde agora. Temos que priorizar as experiências na formação e divulgar os esforços realizados em termos de pesquisa e atuação prática no sistema de saúde brasileiro.

Algumas vivências pessoais recentes contribuíram em visualizar a diferente rotina de cada esfera: o meio acadêmico e o de instância federal de saúde. A formação no Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a passagem pela Coordenadoria Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde, mostram sentidos particulares, mas o que me faz pensar com otimismo é que eles podem ser complementares.

A atividade denominada Café do Doutorado, realizada na UFPel, em que os alunos de doutorado recebem gestores locais de saúde para discussão horizontal já havia me alertado para o grau de descontentamento com o tipo de produção fomentada pelas universidades. Ao mesmo tempo havia uma dependência de diálogo para aperfeiçoar o contato e um interesse em dominar técnicas de pesquisa e metodologias para poder aplicar na prática cotidiana, mas considerando as demandas técnicas estabelecidas.

O contato diário com atores de projetos de atividade física financiados pelo Ministério da Saúde, em todos os lugares do Brasil, pactuados nos

sistemas de saúde locais e sempre tão abertos para dialogar sobre mecanismos para aperfeiçoar seus programas e os tipos de avaliações viáveis a serem conduzidas, não deixa dúvidas de que há a possibilidade de se criar uma ponte entre o que se produz na universidade e o que se busca no sistema de saúde.

Os próximos passos para atravessar a ponte podem estar na flexibilização dos currículos acadêmicos, que devem ponderar sobre a inserção da educação física na saúde e também um maior fortalecimento no diálogo entre profissionais, gestores e produtores de conhecimento, algo que interessa a todos, mas que é ainda pouco realizado.

**Alan Goularte Knuth**

Doutorando do Programa  
de Pós-Graduação em Epidemiologia

Universidade Federal de Pelotas

Coordenadoria de Doenças e  
Agravos Não Transmissíveis

Ministério da Saúde

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Florindo, A.A. Núcleos de apoio à saúde da família e a promoção das atividades físicas no Brasil: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*. Volume 14, número 1, 2009.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. 2ª edição – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 52 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v.7).